



A NOVA “DÉCADA PERDIDA” DO BRASIL (2011-2020)

Ana Cristina Lima Couto (DCO/UEM)

Joaquim Miguel Couto (DCO/UEM)

ÁREA 1: História Econômica

RESUMO

A economia brasileira passou por mais uma “década perdida” no período 2011-2020, de acordo com a expressão cunhada pela CEPAL, no final dos anos 1980. A nova “década perdida” de 2010 foi mais perdida que a de 1980. Enquanto nos anos 1980, o PIB acumulado cresceu 16,9%, na década de 2010, o PIB acumulado foi de apenas 2,7%. Em relação ao PIB *per capita*, o saldo negativo acumulado foi maior na década de 2010: -5,5% contra -4,2% dos anos 1980. A queda da atividade econômica provocada pela pandemia da Covid-19, em 2020, foi decisiva para este resultado ruim. Sem a pandemia, contudo, possivelmente não teríamos uma nova década perdida.

Palavras-chave: Década Perdida; Produto Interno Bruto; Economia Brasileira.

ABSTRACT

The Brazilian economy has gone through another “lost decade” in the period 2011-2020, according to the expression coined by ECLAC in the late 1980s. The new “lost decade” of 2010 was more lost than that of 1980. While in the 1980s, the accumulated GDP grew 16.9%, in the 2010s the accumulated GDP was only 2.7%. In relation to GDP per capita, the accumulated negative balance was greater in the 2010s: -5.5% against -4.2% in the 1980s. The drop in economic activity caused by the Covid-19 pandemic, in 2020, was decisive for this poor result. Without the pandemic, however, we would not possibly have a new lost decade.

Key-words: Lost Decade; Gross Domestic Product; Brazilian Economy.

Classificação JEL: N1; N16.

INTRODUÇÃO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) cunhou a expressão “década perdida” para designar os insucessos dos anos 1980 na América Latina. Do ponto de vista econômico, a região teve um retrocesso do seu crescimento e de sua renda, fato ilustrado pela queda do PIB *per capita* na maioria dos países da região (RODRIGUEZ *et al.*, 1995).

O Brasil não foi exceção nesta análise da CEPAL. Aliás foi um dos exemplos marcantes de regressão econômica. Já houve previsões de que poderíamos ter uma outra década perdida tanto nos anos 1990, como na primeira década do século XXI. Mas nada disso se confirmou. No entanto, na segunda década do século XXI, a crise política do *impeachment* de Dilma Rousseff e a pandemia da Covid-19 arrastaram a economia brasileira para uma nova década perdida.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar e comparar o retrocesso da economia brasileira ocorrido na década de 2010 (2011-2020) em relação aos anos 1980 (1981-1990). Para tanto, são utilizados os dados consolidados da variação real do PIB ao longo de cada década e o seu PIB *per capita* correspondente. Além disso, a pesquisa também irá utilizar a taxa média de desemprego (PME e Pnad Contínua), a taxa de câmbio R\$/US\$, a taxa de inflação (IPCA) e o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI), calculado pela *Sondagem Industrial* da FGV/IBRE.

Para cumprir o objetivo proposto, o artigo foi dividido em duas seções. Na primeira, destinada a década de 1980, são estudados os fatores que levaram ao declínio econômico do período. Na segunda seção, referente a década de 2010, verificaremos os acontecimentos internos e externos que provocaram um novo retrocesso econômico no país. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

1 A DÉCADA PERDIDA DOS ANOS 1980 (1981-1990)

O Produto Interno Bruto (PIB) começou a ser medido no Brasil, em 1948, pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a ser responsável pela medição do PIB no Brasil. Entende-se por PIB a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país num determinado período de tempo. Um engano frequente é relacionar o PIB à riqueza total existente no país. Nada disso. O PIB mostra apenas o fluxo de novos bens e serviços produzidos no período (IBGE, 2021a). Por

sua vez, o PIB *per capita* é o resultado do valor corrente do PIB dividido pela população residente no meio do ano.

A década de 1950 (1951-1960), a primeira em que o PIB foi integralmente calculado, teve um crescimento médio anual de 7,4% (IBGE, 2021b). O PIB *per-capita* desta década foi de 4,4% (na média anual). Nestes anos, dos governos de Getúlio Vargas (1951/1954) e Juscelino Kubitschek (1956/1961), a política de crescimento econômico do país foi influenciada diretamente pelos escritos do economista argentino Raúl Prebisch na CEPAL. O próprio Plano de Metas de Juscelino era, em si, uma exposição das ideias da CEPAL. Viviam-se os anos do processo de industrialização por substituição de importações, modelo econômico vigente no Brasil até os anos 1980.

Já na década de 1960 (1961-1970), de sérias perturbações políticas, que culminaram com o golpe civil-militar de 1964, o Brasil teve uma desaceleração de seu crescimento. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado em 1964, era um plano de estabilização de preços, e não de crescimento. No entanto, a partir de 1968, o país entrou no período do chamado “milagre” econômico, com planos econômicos que visavam o crescimento da economia. A taxa de crescimento médio anual do PIB, nesta década, foi de 6,2%, e o PIB *per capita* alcançou 3,2%.

Na década seguinte (1971-1980), o Brasil obteve o seu melhor desempenho econômico na história recente. O primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) lançou a economia brasileira para outro patamar. No final da década de 1970, o Brasil já era considerado um país industrial. O PIB teve um crescimento médio de 8,6% ao ano, enquanto o PIB *per capita* teve uma alta média de 6,0%.

Os problemas de crescimento econômico surgiram mesmo, na década de 1980 (1981-1990). O desequilíbrio do balanço de pagamentos e a consequente crise da dívida externa travaram o crescimento do país na primeira metade dos anos 1980. No final da década, em 1990, o Plano Collor derrubou novamente o crescimento da economia. Estes dois fatos adversos são os principais responsáveis pelo fraco desempenho econômico do país neste período.

Como já foi mencionado, foi a CEPAL quem cunhou a expressão “década perdida” para a América Latina. Em documento publicado em março de 1990, coordenado por Fernando Fajnzylber, os técnicos da CEPAL escreveram:

A experiência latino-americana e caribenha dos anos 1980 foi amplamente explorada em numerosos documentos da Secretaria da CEPAL, nos quais se destaca o retrocesso experimentado pela grande maioria dos países no âmbito econômico e social [...] Nesses documentos, cunhou-se a expressão “década perdida” para ilustrar a magnitude do retrocesso em matéria de desenvolvimento. Aplicando-se unicamente o

indicador global da evolução do produto interno bruto por habitante, essa expressão chega a ser insuficiente: o produto real *per capita* no final de 1989 não retrocedeu ao que fora registrado dez anos antes, mas ao nível de treze anos antes, e até mais do que isso, no caso de algumas economias (CEPAL, 2000, p. 889).

Especificamente, no caso brasileiro, a “década perdida” limitou-se entre os anos de 1981 a 1990, haja vista que nos anos anteriores a 1981, as taxas de crescimento do país foram muito boas. Em 1980, por exemplo, o PIB teve um crescimento real de 9,2%.

A Tabela 1 mostra a taxa de crescimento do PIB brasileiro entre 1981 e 1990. Na Tabela, também temos a taxa de crescimento do PIB *per capita*. Em relação a variação real do PIB anual, verificamos que durante estes dez anos, quatro deles foram de taxas negativas (1981, 1983, 1988 e 1990). O período 1981/1983 ficou conhecido como o da crise da dívida externa. Na verdade, os problemas econômicos desse período tinham relação direta com fatos externos. No final da década de 1970, ocorreram três acontecimentos internacionais que desequilibraram o balanço de pagamentos do país: 1) uma elevação das taxas de juros internacionais (que visava combater a inflação nos países desenvolvidos; 2) o segundo choque do petróleo (que dobrou o preço do barril); 3) o racionamento de crédito externo aos países muito endividados, como o Brasil. O resultado global do balanço de pagamentos ficou negativo em 1979 e 1980, e em 1982 e 1983. Em julho de 1979, o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, disse uma frase que ficou marcada na nossa história econômica: “A inflação é péssima, mas o impasse externo mortal”. Ou seja, a inflação era algo ruim, mas se sobrevivía; no entanto, a falta de dólares paralisava quase toda a economia (por exemplo, sem dólares para pagar a importação de petróleo, o transporte nacional deixaria de funcionar).

Tabela 1: Taxas de crescimento do PIB (1981/1990)

Anos	Variação real	PIB per capita
1981	-4,25	-6,34
1982	0,83	-1,34
1983	-2,93	-4,99
1984	5,40	3,20
1985	7,85	5,64
1986	7,49	5,35
1987	3,53	1,56
1988	-0,06	-1,88
1989	3,16	1,36
1990	-4,35	-5,95
Média anual	1,57	-0,43
Crescimento acumulado	16,91	-4,21

Fonte: IBGE (2021b).

A elevação das taxas de juros internacionais significou um aumento no pagamento de juros do Brasil para o exterior. A *Prime Rate* norte-americana saiu de uma média anual de 6,8%, em 1977, para 15,3%, em 1980, e 18,9%, em 1981. A *Prime Rate* era a taxa de juros cobrada para os bons devedores, inclusive o Brasil. O mesmo ocorreu com a taxa de juros inglesa (LIBOR), que saltou de 6,4%, em 1977, para 14%, em 1980. Como empresas e governo havia se endividado em moeda estrangeira ao longo da década de 1970, a elevação dos juros internacionais representou uma maior saída de capitais do Brasil, pela conta de rendas do balanço de pagamentos. Em 1978, o pagamento de juros ao exterior foi de US\$ 3,3 bilhões; em 1982, a saída já chegava a US\$ 11,9 bilhões.

A subida do preço do barril do petróleo também impactou negativamente o balanço de pagamentos. O Brasil era um grande importador do produto. O preço médio saiu de US\$ 13,60, em 1978, para US\$ 30,03, em 1980. No ano seguinte, o preço médio do barril do petróleo chegou a US\$ 35,69.

Com o objetivo de equilibrar o balanço de pagamentos, o governo brasileiro adotou uma política econômica recessiva, que resultou na queda do PIB, em 1981 e 1983, e num diminuto crescimento em 1982.

Já no triênio seguinte (1984/1986), tivemos um alto crescimento da economia (Tabela 1). Em 1984, o PIB alcançou 5,40%, e em 1985, outros 7,85%. No ano do Plano Cruzado (1986), de grande aumento da demanda interna, o PIB cresceu 7,49%. Ou seja, a saída da recessão do período 1981/1983 foi fortíssima, reduzindo o desemprego e elevando os salários reais.

Porém, no triênio 1987/1989, a taxa de crescimento da economia caiu pela metade: de 6,9% no período 1984/1986, para 3,3%, no período 1987/1989. O menor crescimento estava associado a perda do poder aquisitivo dos salários (em razão da alta inflação) e aos juros reais elevados, frutos, principalmente, dos planos de estabilização destes anos (Bresser e Verão).

Chegamos, por fim, ao ano de 1990. O Plano Collor, lançado em março deste ano, foi o grande responsável pela queda de 4,35% do PIB. A medida que desencadeou a recessão foi o sequestro de liquidez, mais conhecida pela denominação de “confisco da poupança”: os depósitos bancários e aplicações financeiras superiores a cinquenta mil cruzados novos foram bloqueados por dezoito meses.

Assim, diante das explicações anteriores, a média de crescimento anual do PIB na década de 1980 foi de apenas 1,57% (Tabela 1), contrastando fortemente com as três décadas anteriores, com taxas superiores a 6% ao ano, em média. No acumulado em dez anos, o PIB tinha crescido 16,91% na década de 1980, contra 128,75%, na década de 1970.

No entanto, a expressão “década perdida” fazia referência a taxa de crescimento do PIB *per capita*. Esta taxa foi negativa em 0,56%, na média anual. PIB *per capita* negativo significa que houve um empobrecimento da população do país. A renda declinou. Na década de 1970, o PIB *per capita* cresceu, em média, 6,04% ao ano. A renda nacional aumentou neste período.

Nesta década perdida de 1980, o PIB *per capita* foi negativo em cinco anos (1981, 1982, 1983, 1988 e 1990). Entre 1948 e 1980, só houve PIB *per capita* negativo em três anos (1956, 1963 e 1965). No acumulado em dez anos, o PIB negativo foi de 4,21%. Ou seja, a renda nacional *per capita*, em 1990, recuou 4,21% em comparação a 1980. Na década de 1970, a renda nacional aumentou 78,9%. Deste modo, ficava claro o que foi a “década perdida” para o Brasil. Ocorreu um empobrecimento da população brasileira, numa época em que não havia seguro-desemprego, Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou assistência à saúde para todos (pois o SUS só seria criado com a Constituição Federal de 1988).

A situação econômica dos anos 1980 não foi ainda pior porque a taxa de crescimento da população brasileira vinha caindo desde a década de 1960. Na década de 1950, a taxa estava em 2,99% ao ano. Nos anos 1960, a taxa já teve um pequeno recuo (2,89%). Com a disseminação da pílula anticoncepcional, a partir da década de 1960, e o aumento das mulheres no mercado de trabalho, ocorreu uma queda progressiva da natalidade no Brasil a partir dos anos 1970. Nesta década, o crescimento populacional tinha se reduzido para 2,44% ao ano. Na década de 1980, a taxa de crescimento da população caiu ainda mais: para 2,14% ao ano. Se a taxa de crescimento da população na década de 1980 fosse a mesma da década de 1950, o PIB *per capita* dos anos 1980 seria negativo em 1,4% ao ano, ao invés dos -0,56% registrados oficialmente.

2 A DÉCADA PERDIDA DOS ANOS 2010 (2011-2020)

As duas décadas seguintes aos anos de 1980, não retornaram ao patamar de crescimento das décadas de 1950, 1960 e 1970. Os anos 1990 ainda apanharam as consequências negativas do Plano Collor (1991) e o processo de *impeachment* contra Fernando Collor de Mello (1992). Já os dois anos do governo de Itamar Franco (1993/1994) tiveram bom crescimento do PIB (4,9% e 5,9%, respectivamente), mesmo com a alta inflação existente. O governo de Fernando Henrique Cardoso, depois da implantação do Plano Real, em 1994, não conseguiu obter taxas de crescimento expressivas. Crises internacionais e uma política econômica claramente restritiva impediram um maior crescimento da economia. A taxa média de crescimento do PIB foi de 2,54% ao ano. Nesta década de 1990, o PIB *per capita* foi negativo em quatro anos: 1991,

1992, 1998 e 1999. Assim, o PIB *per capita* cresceu apenas 0,95% ao ano, em média (IBGE, 2021b). Outro ponto importante é que a taxa de crescimento da população continuou a se reduzir na década de 1990; ficou em 1,57% ao ano. Caso a taxa fosse a mesma dos anos 1950, o PIB *per capita* seria negativo em 0,4% ao ano, em média.

Foi durante o governo Collor (1990-1992) que se alterou o modelo de desenvolvimento da economia brasileira: do modelo de industrialização por substituição de importações para o denominado “modelo neoliberal”, de base monetarista/novo clássico.

Na primeira década do século XXI (2001-2010), ocorreu uma melhora no desempenho da economia em relação aos anos de 1990. Os oito anos do governo Lula (2003-2010) foram muito satisfatórios nos resultados macroeconômicos do país. O crescimento médio anual da década ficou em 3,68% (IBGE, 2021c, 2021d). Já o PIB *per capita* registrou crescimento de 2,5% ao ano, em média, apesar do PIB negativo dos anos de 2001, 2003 e 2009.

Assim, chegamos a nova “década perdida” de 2010. Na Tabela 2 é apresentada a variação real do PIB entre 2011 e 2020, bem como a variação do PIB *per capita* do período. De modo geral, os resultados da década de 2010 são piores do que os registrados para os anos de 1980. A taxa de crescimento acumulado do PIB entre 2011 e 2020 foi de apenas 2,67%, enquanto na década de 1980 foi de 16,91%. O PIB *per capita* negativo acumulado na década de 2010 ficou em -5,51%, enquanto nos anos de 1980 registrou -4,21%. Desta forma, a “década perdida” de 2010 foi mais perdida que a década de 1980.

Tabela 2: Taxas de crescimento do PIB (2011/2020)

Anos	Variação real	PIB per capita
2011	3,97	3,07
2012	1,92	1,04
2013	3,00	2,13
2014	0,50	-0,35
2015	-3,55	-4,38
2016	-3,28	-4,07
2017	1,32	0,52
2018	1,78	0,96
2019	1,41	0,60
2020	-4,06	-4,80
Média anual	0,26	-0,57
Crescimento acumulado	2,67	-5,51

Fonte: IBGE (2021c; 2021d).

No entanto, o PIB da década de 2010 ainda pode ser alterado pelas revisões periódicas do IBGE. Já o PIB *per capita*, além da revisão periódica, ainda pode sofrer alteração em função

do cálculo da população previsto para 2022. O censo demográfico de 2022 é o que vai definir qual foi o crescimento real da população do período. Por enquanto, o que temos é uma estimativa feita pelo IBGE baseada no censo de 2010.

Retornando a análise da Tabela 2, da mesma forma que a década de 1980, a década de 2010 teve fases distintas. O período 2011/2014, referente ao primeiro governo Dilma, foi de clara desaceleração do crescimento em relação ao segundo governo Lula. A taxa média de crescimento do período 2007/2010 foi de 4,60% ao ano, enquanto no período 2011/2014 ficou em 2,34%, praticamente 50% menor.

O desempenho da economia nos anos de 2011/2014 foi muito criticado pelos analistas econômicos, principalmente do mercado financeiro. Porém, se este período se repetisse nos seis anos restantes da década, não teríamos uma nova década perdida. Ou seja, o ruim era bom.

A pergunta principal sobre este período é a seguinte: quais foram os motivos da desaceleração econômica no primeiro mandato de Dilma Rousseff? Esta resposta não é tão fácil. O período 2011/2014 é de difícil análise. Não podemos esquecer, também, que o PIB é a produção (oferta), mas que tem grande influência da demanda (consumo das famílias, consumo do governo, investimentos, exportações e importações de bens e serviços).

Examinando as contas nacionais (Tabela 3), verificamos que no ano de 2011 ocorreu um grande aumento das importações (9,4%), mais que o dobro do crescimento do PIB (4,0%). Tal fato contribuiu para impedir um maior crescimento da economia. A valorização cambial do ano explica, em parte, a elevação das importações. Outro motivo para o aumento das importações era o alto nível de utilização da capacidade instalada industrial (NUCI), que chegou na média anual em 84,02%. Houve, portanto, um transbordamento da demanda interna para produtos importados, em detrimento da produção nacional. Isto afetou, particularmente, a indústria de transformação, que cresceu apenas 2,2%, quase metade do que cresceu o PIB.

A valorização cambial era claramente prejudicial a indústria. Neste ano de 2011, ocorreu uma valorização nominal da moeda brasileira de 4,5%: enquanto em 2010, a taxa média de câmbio foi de R\$ 1,76 por dólar, em 2011, esta cotação caiu para R\$ 1,68 (Tabela 3). Além disso, a valorização real do câmbio foi maior que a nominal, pois a inflação de 2011 atingiu 6,5%.

Tabela 3: Taxas de crescimento do PIB, desemprego, inflação, NUCI e câmbio - 2010/2014

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014
Agropecuária	6,7	5,6	-3,1	8,4	2,8
Indústria	10,2	4,1	-0,7	2,2	-1,5
Serviços	5,8	3,5	2,9	2,8	1,0
Ind. de Transformação	9,2	2,2	-2,4	3,0	-4,7
PIB	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5
Consumo das Famílias	6,2	4,8	3,5	3,5	2,3
Consumo do Governo	3,9	2,2	2,3	1,5	0,8
Investimentos	17,9	6,8	0,8	5,8	-4,2
Exportações	11,7	4,8	0,7	1,8	-1,6
(-) Importações	33,6	9,4	1,1	6,7	-2,3
Taxa de Desemprego	6,73	5,93	5,50	5,40	4,82
Taxa de Inflação	5,91	6,50	5,84	5,91	6,41
NUCI (FGV)	84,75	84,02	83,93	84,28	83,19
Taxa de Câmbio R\$/US\$	1,76	1,68	1,96	2,16	2,35

Fonte: IBGE (2021c) e Ipeadata (2021a, 2021b, 2021c, 2021d).

Em relação ao ano de 2012, três fatores são evidentes para o baixo crescimento do PIB (1,9%): 1) quebra da safra agrícola (queda de 3,1% da produção agropecuária); 2) baixíssimo crescimento dos investimentos (0,8%); 3) reduzido incremento das exportações (0,7%). O fraco desempenho dos investimentos e das exportações tinham ligação direta com a crise da Europa e dos Estados Unidos (um dos principais compradores de produtos manufaturados do Brasil). Assim, a queda da produção industrial de 2,4% tem relação com o baixo crescimento das exportações e dos investimentos.

Já para o ano de 2013, as importações tiveram um crescimento de 6,7%, mais que o dobro do crescimento do PIB (3%). O nível de utilização da capacidade industrial do ano ficou em 84,28%, acima do alcançado em 2011, considerado de alto nível de atividade. Desta maneira, mais uma vez, a demanda interna foi transferida para produtos importados, afetando negativamente a produção nacional. As exportações continuaram com seu crescimento deprimido (1,8%).

Finalmente, no ano de 2014, o PIB cresceu apenas 0,5%. As causas foram a queda dos investimentos (-4,2%) e das exportações (-1,6%). Os investimentos foram influenciados negativamente pela campanha eleitoral para presidente da República, e as exportações pela queda de demanda externa. A desvalorização cambial nominal ocorrida entre 2011 e 2014, de quase 40%, não conseguiu recuperar a competitividade das exportações brasileiras, pois parte da desvalorização foi corroída pela inflação acumulada de 19,3%. O recuo dos investimentos e

das exportações, por sua vez, afetaram a produção da indústria de transformação, que declinou 4,7% no ano.

Em resumo, no período 2011/2014, parte da demanda interna foi conduzida para importações (2011 e 2013), os investimentos foram reduzidos (2012 e 2014) e as exportações tiveram péssimo desempenho (2012, 2013 e 2014). Estes componentes da demanda agregada, por sua vez, afetaram a produção nacional, principalmente dos produtos da indústria de transformação. Pelo lado específico da oferta, tivemos a quebra da safra agrícola de 2012 e um nível alto de utilização da capacidade industrial instalada, que transferiu para fora do país parte da demanda interna.

O consumo das famílias ficou sempre acima do crescimento do PIB no período, de modo que não foi fator limitante do crescimento. Já o consumo do governo (União, Estados e Municípios) ficou contido no período, não pressionando a demanda agregada.

Os analistas especializados em economia, de vertente liberal, afirmam, categoricamente, que a política econômica do primeiro governo Dilma foi irresponsável. No entanto, até meados de 2013, tal política era bem vista pela mídia financeira. Posteriormente, esta visão positiva sofreu uma mudança radical, principalmente por causa das manifestações de junho de 2013 e pela campanha eleitoral de 2014.

A política monetária do primeiro governo Dilma reduziu a taxa Selic real para o menor patamar da história até então (2,2% ao ano, em 2013). Parecia que a política monetária havia, finalmente, se libertado da visão liberal (propagada pelo mercado financeiro) e adotado uma linha mais progressista (desenvolvimentista). Porém, as pressões advindas do mercado e amplificadas pelos meios de comunicação aumentaram a partir de meados de 2013. Tais pressões conseguiram alterar a política monetária do governo Dilma, trazendo-a de volta ao modelo liberal de juros altos. Assim, no ano de 2014, a taxa Selic real retornou ao patamar do agrado do sistema financeiro nacional.

Em relação à política fiscal, o primeiro governo Dilma tratou de elevar o superávit primário em 2011, atuando de acordo com o modelo ortodoxo. No entanto, a partir de 2012, a política fiscal se tornou expansionista, com desonerações tributárias para incentivar o consumo. Além disso, ocorreu um aumento substancial nos gastos sociais (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos, Minha Casa Melhor, Pronatec, Fies, Prouni, etc.). Era uma clara política fiscal anticíclica e social, que se libertava das amarras do modelo ortodoxo/neoliberal. Esta política fiscal expansionista, porém, reduziu os superávits primários do Governo Central nos anos de 2012 e 2013. Os críticos de visão ortodoxa logo começaram a trombetear o descontrole das contas públicas e o abandono, por parte do governo, das metas de superávit

primário, e assim, do tripé macroeconômico. Não entendiam, ou se recusavam a entender, que as maiores despesas sociais eram destinadas a melhoria das condições de vida dos mais pobres. O déficit primário de 2014, o primeiro desde 1997, e as severas críticas de todo o *status quo* econômico, motivadas, evidentemente, por fatores políticos, contribuíram para a queda do ministro da Fazenda, Guido Mantega, no final de 2014.

Na área cambial, a política econômica utilizou a apreciação cambial, em 2011, para ajudar no combate à inflação. Nos anos seguintes, porém, o governo optou por uma depreciação controlada do real em relação ao dólar. Analistas do mercado chegaram a concluir que o câmbio flutuante havia deixado de existir no Brasil, e que o Banco Central estava praticando uma política de câmbio administrado. Isto não era ruim. A política cambial devia servir aos interesses econômicos do país, e não apenas aos agentes do mercado financeiro. Mesmo assim, as depreciações cambiais não foram capazes de reduzir os enormes déficits da conta de transações correntes do balanço de pagamentos. Como já foi dito, a inflação de 2012/2014 corroeu metade da desvalorização do período.

A política econômica do primeiro governo Dilma, em suma, foi expansionista. Porém, uma política econômica mais focada no incremento dos investimentos do que na expansão do consumo talvez tivesse melhor resultado, dada a alta utilização da capacidade industrial instalada e o pleno emprego da mão de obra. Mas, como se diz, depois do fato consumado é mais fácil falar e dar palpite.

O surpreendente deste período 2011/2014 foi que, mesmo com o baixo crescimento do PIB, a taxa de desemprego continuou a declinar até 2014. Recordando os fatos, em 2002, último ano do governo FHC, a taxa média de desemprego estava em 11,7% ao ano (metodologia referência 30 dias - PME). No primeiro ano do governo Lula (2003), a taxa de desemprego teve um pequeno aumento (12,3% em média ao ano), em função do baixo crescimento da economia (1,1%). Nos anos seguintes do governo Lula, a taxa foi decrescente, com exceção do ano de 2009 (da crise financeira internacional). Em 2010, último ano do governo Lula, a taxa média de desemprego ficou em 6,7% (quase metade do que foi em 2003). No primeiro governo Dilma (2011-2014), a taxa continuou caindo, chegando em 4,8%, em 2014. Era a menor taxa de desemprego desde o início da série em 2002.

No segundo governo FHC (1999-2002), o baixo crescimento (2,31% ao ano, em média) fez crescer a taxa de desemprego: da média anual de 5,8%, no período 1995/1998, para a média anual de 7,0%, no período 1999/2002. Já no primeiro governo Dilma (2011-2014), com o mesmo baixo crescimento (2,34% ao ano, em média), a taxa de desemprego se reduziu: da média anual de 8,0%, no período 2007/2010, para 5,4%, para o período 2011/2014.

Assim, contrariando a lógica econômica, de que quando o PIB cresce pouco o desemprego aumenta, a taxa de desemprego continuou sua queda iniciada ainda no governo Lula. Estava-se vivendo o pleno emprego. O desemprego se manteve reduzido no Brasil, apesar do baixo crescimento da economia, não porque o trabalhador brasileiro era mais produtivo ou competente em relação ao de outros países, mas em função, principalmente, da política econômica do governo Dilma, que permitiu que o jovem ficasse mais tempo na escola e outros membros da família não precisassem trabalhar. Deste modo, uma das grandes façanhas do primeiro governo Dilma foi reduzir o desemprego e manter a renda dos trabalhadores num momento de baixo crescimento da economia.

Voltando à Tabela 2, chegamos aos anos de 2015 e 2016, de forte contração da economia. O PIB caiu 3,55%, em 2015, e 3,28%, em 2016. Nunca o PIB brasileiro tinha recuado por dois anos consecutivos, desde o início das contas nacionais, em 1948. O pontapé inicial para a crise foi o medo transmitido pelos meios de comunicação, de que uma crise econômica grave estava a caminho. Esse medo foi disseminado todos os dias, após as eleições presidenciais de outubro de 2014, que deu a vitória a Dilma Rousseff. O efeito prático da disseminação do medo para a população foi a queda do consumo das famílias no primeiro trimestre de 2015 (-0,6%), quando o desemprego era o menor da história e os salários reais estavam aumentando. Assim, só o medo foi o responsável pela queda do consumo das famílias. Isto afetou a produção da economia, pois as famílias representam cerca de 65% da demanda agregada total.

Na mesma época, o candidato derrotado nas eleições, Aécio Neves, não admitiu a derrota, entrando com pedidos na Justiça Eleitoral para impugnar a vitória de Dilma Rousseff. Tudo indica que os meios de comunicação e o candidato derrotado queriam “derrubar” a presidenta Dilma. Juntou-se a isso a Operação Lava Jato, com claro viés político, que fez crescer o ódio da população contra o governo. As acusações de “pedaladas fiscais” e a abertura do processo de *impeachment*, no final de 2015, tornaram o país instável politicamente, afetando, sobretudo os investimentos.

Contribuiu também para afundar a economia, neste período, a política recessiva do governo Dilma, com corte de gastos e investimentos públicos, além da manutenção de juros elevados. O vice-presidente Michel Temer, que assumiu o governo, em maio de 2016, não reverteu a política econômica recessiva. Pelo lado da oferta, a Operação Lava Jato “destruiu” as maiores construtoras brasileiras e prejudicou fortemente o setor de óleo e gás do país.

Examinando as contas nacionais (Tabela 4), verificamos que o único componente da ótica da demanda que apresentou crescimento, em 2015, foi o das exportações de bens e serviços (6,8%), enquanto os demais componentes foram negativos, principalmente os

investimentos (-13,9%). Com a queda acentuada da demanda, a produção também recuou: a indústria teve uma redução de 5,8% e os serviços outros 2,7%. A indústria de transformação, um dos quatro componentes da indústria, teve uma queda da produção de 8,5%. O único setor produtivo que teve crescimento foi a agropecuária (3,3%).

Tabela 4: Taxas de crescimento do PIB, desemprego, inflação, NUCI e câmbio - 2015/2020

Discriminação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agropecuária	3,3	-5,2	14,2	1,3	0,6	2,0
Indústria	-5,8	-4,6	-0,5	0,7	0,4	-3,5
Serviços	-2,7	-2,2	0,8	2,1	1,7	-4,5
Ind. de Transformação	-8,5	-4,8	2,3	1,4	0,0	-4,3
PIB	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,4	-4,1
Consumo das Famílias	-3,2	-3,8	2,0	2,4	2,2	-5,5
Consumo do Governo	-1,4	0,2	-0,7	0,8	-0,4	-4,7
Investimentos	-13,9	-12,1	-2,6	5,2	3,4	-0,8
Exportações	6,8	0,9	4,9	4,1	-2,4	-1,8
(-) Importações	-14,2	-10,3	6,7	7,7	1,1	-10,0
Taxa de Desemprego	8,5	11,5	12,7	12,3	11,9	13,5
Taxa de Inflação	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52
NUCI (FGV)	76,40	73,86	74,40	75,86	75,11	73,05
Taxa de Câmbio R\$/US\$	3,30	3,49	3,19	3,65	3,95	5,16

Fonte: IBGE (2021c, 2021e) e Ipeadata (2021b, 2021c, 2021d).

No ano de 2016, o consumo das famílias (-3,8%) e os investimentos (-12,1%) continuaram com crescimento negativo. Por outro lado, o consumo do governo (0,2%) e as exportações (0,9%) tiveram uma pequena elevação, mas que não compensou a grande queda dos investimentos e do consumo das famílias. Com a demanda deprimida, a produção continuou em queda: a indústria recuou 4,6% e os serviços caíram 2,2%. Até a produção agropecuária teve problemas, em 2016: redução de 5,2% (que prejudicou as exportações do setor).

Com a queda da produção, trabalhadores foram demitidos. A taxa de desemprego aumentou rapidamente. Neste momento, já estava em prática uma nova metodologia de cálculo do desemprego. Era a chamada Pnad Contínua, que começou a ser calculada pelo IBGE, em 2012. Era uma pesquisa bem mais abrangente que a Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Assim, em 2014, a taxa média anual de desemprego pela Pnad Contínua foi de 6,8%. Nos anos de 2015 e 2016, a taxa aumentou para 8,5% e 11,5%, respectivamente.

A queda da produção industrial era refletida no nível de utilização da capacidade instalada da indústria. Em 2014, o nível de utilização da capacidade instalada estava em 83,19%, caindo para 76,4%, em 2015, e 73,86%, em 2016.

A forte desvalorização do real em relação ao dólar, em 2015 e 2016, não impediu o fraco desempenho das exportações, em 2016, causado pela quebra da safra agrícola. O preço do dólar saltou para R\$ 3,33, em 2015, e R\$ 3,49, em 2016. No ano anterior, a taxa média foi de R\$ 2,35. Por outro lado, a desvalorização cambial protegeu uma parte da produção doméstica contra as importações. Caso o dólar continuasse na casa dos R\$ 2,30, a queda da produção nacional tenderia a ser maior.

Em síntese, para o biênio 2015/2016, os motivos para a recessão econômica foram quatro pela ótica da demanda: a) medo transmitido pelos meios de comunicação (que derrubou o consumo das famílias); b) instabilidade política (que comprometeu os investimentos produtivos); c) corte dos investimentos públicos (em razão da tentativa da volta das metas fiscais); d) política monetária restritiva do Banco Central (para controlar a inflação). Estes quatro fatores reduziram a demanda agregada da economia e, com isso, a produção de bens e serviços. Pelo lado da oferta agregada, a Operação Lava Jato causou graves prejuízos às principais construtoras brasileiras e à cadeia de petróleo e gás. Além disso, problemas climáticos afetaram a produção agrícola no ano de 2016.

O próximo período de análise da década de 2010 é o triênio 2017/2018/2019. Os dois primeiros anos são do governo Temer, enquanto 2019 é o primeiro ano do governo Bolsonaro. Como pode ser verificado na Tabela 4, o crescimento da economia neste período ficou abaixo dos 2% ao ano: em 2017 foi de 1,3%, já em 2018 chegou a 1,8%, e em 2019 atingiu 1,4%. A média anual foi de apenas 1,5%. Era a pior saída de uma recessão desde o início das contas nacionais. Nas recessões de 1981/1983 e 1990/1992, o PIB voltou a crescer com força nos anos posteriores. Nestas duas ocasiões, o PIB dos anos seguintes foi superior a 4% ao ano. Na recessão de 1981/1983, o PIB de 1984 cresceu 5,4%, e o de 1985 outros 7,9%. No ano do Plano Cruzado (1986), o crescimento foi de 7,5%. Já na recessão de 1990/1992, o PIB aumentou 4,7%, em 1993, e 5,3%, em 1994. No primeiro ano do governo FHC (1995), o PIB subiu 4,4%.

A pergunta que se faz é a seguinte: por que o crescimento do triênio 2017/2019 foi tão baixo? Examinando a Tabela 4, verificamos que nenhum componente da demanda teve desempenho satisfatório. O pior resultado foi o lado externo da economia, com contribuição negativa para o crescimento: enquanto as importações cresceram 5,16%, em média, ao ano, as exportações só aumentaram 2,14%. Este aumento das importações foi bem superior ao crescimento do PIB (média anual de 1,5%). A desvalorização cambial de 13,2%, entre 2016 e 2019, foi quase anulada pela inflação acumulada de 11,4% (referente aos anos de 2017, 2018 e 2019). O nível de utilização da capacidade instalada estava em torno de 75%, demonstrando a grande capacidade ociosa do setor industrial. Fatores como a crise da Argentina, o baixo

dinamismo do comércio internacional e as safras agrícolas ruins de 2018 e 2019 explicam a fraqueza do setor exportador brasileiro neste período.

Outro componente da demanda que travou o crescimento do triênio foi a queda do consumo do governo (União, Estados e Municípios) em dois anos (2017 e 2019). No triênio, o consumo do governo teve crescimento negativo médio anual de 0,12%. Para os fanáticos pelas contas públicas, isto seria um bom resultado. Na visão destes fanáticos, o governo estaria gastando menos, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas. No entanto, quando se observa esta taxa negativa pela ótica do crescimento da economia, da geração de empregos e renda, é um péssimo resultado. Neste caso específico, a queda do consumo do governo contribuiu para a baixa taxa de crescimento do PIB. Muitos se esquecem que o consumo do governo faz parte da demanda agregada. Uma queda do consumo do governo reduz a demanda agregada. A produção (oferta agregada) segue de perto o comportamento da demanda. Baixa demanda, baixa produção. É a produção que gera a renda agregada (salários, lucros, aluguéis, juros e dividendos).

Já os investimentos públicos e privados voltaram a crescer em 2018 e 2019. No triênio, o crescimento médio anual dos investimentos foi de 1,96%, um pouco superior ao aumento do PIB (1,5%). O investimento privado responde, principalmente, ao aumento da demanda e da utilização da capacidade instalada. Com alta capacidade ociosa e demanda reprimida, as empresas privadas tinham poucas razões para investir, mesmo com a taxa básica de juros em queda. Já os investimentos públicos estavam sendo reduzidos em função do déficit fiscal da União, dos Estados e dos Municípios. Somente a União, que emite títulos e moeda, tinha condições de aumentar seus investimentos, mesmo com a elevação da dívida pública. No entanto, os fanáticos pelas contas públicas “proíbem” que o governo federal utilize tais mecanismos para elevar os investimentos.

Por sua vez, o aumento do consumo das famílias (2,18% ao ano, em média) foi modesto e ficou um pouco acima do crescimento do PIB (1,5%). Este componente é responsável por cerca de 65% da demanda de toda a produção do país.

Neste período, a alta taxa de desemprego existente na economia e as perdas salariais foram as principais motivações para a baixa demanda das famílias brasileiras. No triênio 2017/2019, as taxas médias anuais de desemprego foram maiores do que no período da recessão de 2015/2016. O governo Temer e o governo Bolsonaro buscaram aumentar o consumo das famílias através de estímulos como a liberalização de parte do FGTS e das quotas do PIS/PASEP para os trabalhadores. O seu efeito não foi suficiente para trazer uma grande elevação da demanda, mas impediu que a taxa de crescimento do PIB fosse ainda menor. As

reformas econômicas, por sua vez, ajudaram a retrain o consumo das famílias. No caso do governo Temer, a Lei da Terceirização e a Nova CLT, só prejudicaram a classe trabalhadora. Já no caso do governo Bolsonaro, a reforma da Previdência Social teve um efeito altamente negativo sobre as famílias. A criação da idade mínima de 65 anos para se aposentar, fez com que muitos trabalhadores partissem para planos privados de previdência, reduzindo sua renda disponível. A elevação das alíquotas de contribuição dos trabalhadores para a Previdência também aumentou: de modo geral subiu de 11% para 14%. Isto também reduziu a renda disponível das famílias.

Em relação à ótica da oferta, que calcula a produção da agropecuária, da indústria e dos serviços, vemos, pela Tabela 4, que os três setores produtivos tiveram taxas de crescimento muito reduzidas, com exceção da agropecuária de 2017 (14,2%). Condições climáticas ruins prejudicaram a agropecuária, enquanto o desastre da barragem de Brumadinho afetou a indústria extrativa mineral. Já a crise da Argentina, grande comprador de produtos industriais do Brasil, teve um importante papel no fraco desempenho da indústria de transformação.

No entanto, o principal problema do crescimento da economia neste triênio foi pelo lado da demanda. O nível de utilização da capacidade industrial instalada ficou num patamar muito baixo no triênio: entre 74% e 76%. O desemprego, por outro lado, era altíssimo: 12,3%, em média, no triênio. Assim, o problema do baixo crescimento do PIB estava na insuficiência de demanda da economia.

A política econômica do período 2017/2019 não favoreceu um maior crescimento da economia. A política fiscal restringiu os gastos de consumo do governo e os investimentos públicos. A política monetária foi restritiva até 2018, mas sua flexibilização não induziu maiores investimentos, dada a baixa demanda e alta capacidade ociosa.

Em resumo, o baixo crescimento da economia no triênio 2017/2019 teve cinco razões principais: a) política fiscal restritiva (que reduziu o investimento público e os gastos de custeio); b) endividamento de estados e municípios (que freava os seus próprios gastos e investimentos); c) política monetária restritiva (particularmente no ano de 2017); d) grande capacidade ociosa da indústria de transformação (que inibia os investimentos privados); e) Operação Lava Jato (que continuava a prejudicar as empresas construtoras e o segmento de óleo e gás). O lado positivo da política econômica, visando o crescimento, foi a liberalização do saldo das contas inativas do FGTS e do PIS/PASEP, que talvez tenha evitado um crescimento zero da economia neste período.

Por fim, chegamos a última fase da análise da década de 2010, referente ao ano de 2020. O crescimento do PIB neste ano “esbarrou” na pandemia da Covid-19. O isolamento social se

fez necessário para diminuir o grau de contágio da população e evitar a superlotação dos hospitais. O isolamento social exigiu o fechamento do comércio e outras atividades que aglomerassem pessoas (jogos de futebol, shows de música, cinemas, teatros, entre outras).

Embora o isolamento social não tenha sido perfeito no Brasil, haja vista a recusa do presidente da República em cumpri-lo, ele representou uma queda da atividade econômica. Uma parte da população cumpriu o isolamento e fez cair o consumo de bens e serviços.

A Tabela 4 mostra que, em 2020, o PIB teve uma queda de 4,1%. Foi a maior redução desde o ano de 1990, quando o PIB caiu 4,3%. No entanto, as primeiras previsões feitas ao longo do ano de 2020, tanto por analistas nacionais como estrangeiros, mostrava que o PIB poderia ser reduzido em até 9%. Ainda bem que tal previsão não se confirmou.

Como já foi dito, o consumo das famílias tem papel fundamental no crescimento da economia, pois representa cerca de 65% da demanda agregada do país. O consumo das famílias recuou 5,5%, em 2020. O aumento do desemprego teve papel secundário nesta queda: sua taxa se elevou de 11,9%, em 2019, para 13,5%, em 2020. O que mais impactou o consumo das famílias foi o isolamento social, necessário para preservar as vidas das pessoas, mas prejudicial para a economia. As famílias reduziram seu consumo de serviços, como entretenimento (shows de música, partidas de futebol, cinemas e teatros), frequência em restaurantes, cuidados pessoais (salão de beleza), saúde (redução na ida a médicos e hospitais), e até na compra de jornais e revistas (pelo medo das transmissões do vírus em objetos que não poderiam ser lavados). O auxílio emergencial do governo federal para pessoas que perderam sua renda durante a pandemia foi fundamental para evitar uma maior queda do consumo das famílias.

O consumo do governo, por sua vez, teve uma queda significativa de 4,7%, em 2020. Foi um grande recuo, pois normalmente é muito difícil reduzir despesas fixas dos governos municipais, estaduais e federal. O fato, porém, é que a queda da atividade econômica diminuiu a receita de estados e municípios, que, sem a alternativa de emissão de títulos ou moeda, teve que retrain, na “marra”, suas despesas, prejudicando o atendimento da população. Deste modo, o governo consumiu menos bens e serviços, colaborando para a retração do PIB.

Os investimentos públicos e privados também tiveram uma redução em 2020, mas numa taxa baixa (-0,8%), quando comparada às grandes quedas de 2015 (-13,9%) e 2016 (-12,1%). Uma explicação possível para este fato positivo é que a paralisação de certas cadeias produtivas, por causa da pandemia, foi aproveitada pelas empresas para modernizar suas fábricas. Assim, os investimentos não tiveram um grande papel na queda do PIB neste ano.

O mesmo pode ser dito em relação as exportações de bens e serviços. A queda foi de 1,8%, taxa bem menor quando comparada as reduções do consumo das famílias e do governo. As importações, como acontece em todo período de recessão, recuou 10%.

Deste modo, podemos concluir em relação a demanda agregada, que os principais responsáveis pela sua queda, em 2020, foi a retração do consumo das famílias e do governo. A menor demanda vai afetar, como sabemos, a produção de bens e serviços (que é o PIB). Verificamos pela Tabela 4 que o setor mais atingido pela recessão foi o de serviços: queda de 4,5%. O setor de serviços representava 73,5% do PIB (valor adicionado, em 2019). Como já foi explicado, o consumo das famílias reduziu sua demanda por serviços, muitos deles proibidos de funcionar em função da pandemia da Covid-19 (cinemas, teatros, shows, salão de beleza, restaurantes, partidas de futebol e outros esportes, entre outras atividades, inclusive religiosas).

O setor industrial também teve uma queda expressiva de 3,5%, mas que não superou as quedas verificadas nos anos de 2015 (-5,8%) e 2016 (-4,6%). O setor industrial correspondia a 21,4% do PIB (valor adicionado, em 2019). A indústria de transformação reduziu sua produção em 4,3%, mas essa queda foi maior nos anos de 2015 e 2016. O único setor produtivo que apresentou crescimento foi a agropecuária, com alta de 2%. A pandemia da Covid-19 não atrapalhou a produção do campo, já que o setor emprega poucas pessoas e é realizada ao ar livre. Porém, o setor agropecuário representava apenas 5,1% do PIB (valor adicionado).

Assim, a pandemia da Covid-19 foi a grande responsável pela queda do PIB em 2020. O auxílio emergencial do governo federal foi essencial para evitar uma maior retração da atividade econômica. No entanto, é preciso ressaltar que o projeto inicial do auxílio emergencial, enviado ao Congresso Nacional pelo governo, previa um auxílio de apenas R\$ 200,00. O Congresso elevou o auxílio para R\$ 500,00. O governo federal para não ficar por baixo, decidiu aumentar o auxílio, então, para R\$ 600,00, e de R\$ 1.200,00 para mães com filhos.

O governo Bolsonaro teve um péssimo desempenho no combate ao novo coronavírus durante o ano de 2020. Não incentivou o uso de máscaras e foi contrário ao isolamento social. O presidente da República, inclusive, incentivou o uso de remédios sem comprovação no combate à Covid-19, como a cloroquina e a ivermectina. No entanto, não se pode culpar o governo federal pela recessão ocorrida no ano. A queda do PIB foi fruto da pandemia do novo coronavírus.

Em última análise, a pandemia da Covid-19 foi fator determinante para a existência de uma nova “década perdida”. Sem a pandemia da Covid-19, e caso a economia brasileira tivesse crescido na média anual do triênio 2017/2019 (1,5%), o PIB *per capita* da década de 2010 teria

sido zero e, portanto, não poderia ser caracterizado como uma nova década perdida, de acordo com a expressão cunhada pela CEPAL no final dos anos de 1980. Porém, como já foi salientado, os números do PIB *per capita* para os anos de 2010 ainda são provisórios.

CONCLUSÃO

A economia brasileira passou por mais uma “década perdida” no período 2011-2020, de acordo com a expressão cunhada pela CEPAL, no final dos anos 1980. A nova “década perdida” de 2010 foi mais perdida que a de 1980. Enquanto nos anos 1980, o PIB acumulado cresceu 16,9%, na década de 2010, o PIB acumulado foi de apenas 2,7%. Em relação ao PIB *per capita*, o saldo negativo acumulado foi maior na década de 2010: -5,5% contra -4,2% dos anos 1980. A queda da atividade econômica provocada pela pandemia da Covid-19, em 2020, foi decisiva para este resultado ruim. Sem a pandemia da Covid-19, possivelmente não teríamos uma nova década perdida. No entanto, temos que salientar que o resultado do PIB dos últimos anos e a taxa de crescimento populacional ainda são provisórios.

O presente estudo dividiu a década de 2010 em quatro fases. A primeira, ocorrida entre 2011 e 2014, foi de baixo crescimento (2,34% ao ano, em média), mas que não levaria a economia nacional para números negativos. Sabendo que a queda do PIB, em 2020 (quarta fase), teve como causa a pandemia da Covid-19, impossível de ser evitada, temos que os problemas evitáveis aconteceram entre os anos de 2015 e 2019: a segunda fase de 2015/2016, de grande recessão (média anual de -3,41%), e a terceira fase, de 2017 a 2019, de baixo crescimento (1,5% ao ano, em média). Foram identificadas várias causas para o insucesso do período 2015/2019, mas que podem ser resumidas em quatro: a) medo transmitido pelos meios de comunicação (que derrubou o consumo das famílias); b) instabilidade política provocada pelo processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; c) política econômica restritiva; d) prejuízos da Operação Lava Jato para os setores da construção pesada e de petróleo e gás. Estas quatro causas poderiam ter sido evitadas e, assim, a década de 2010 não teria sido “perdida”.

Um ponto importante a se destacar, nesta conclusão, é que nos anos 1980 não havia no Brasil uma série de proteções sociais, mas que já existiam na década de 2010: seguro-desemprego, Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Sistema Único de Saúde (SUS), aposentaria rural, etc. Além disso, durante a pandemia da Covid-19, foi criado o auxílio emergencial, fundamental para preservar um mínimo de consumo para os menos

favorecidos. Diante disto, podemos afirmar, com certo grau de acerto, que a crise dos anos 1980 foi muito mais sofrida para a população brasileira do que a crise dos anos 2010.

REFERÊNCIAS

CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 06 jul. 2021 (a).

IBGE. **Estatísticas do século XX – Econômicas – Contas nacionais – Sistema de contas nacionais consolidadas (Tabela 1.2.5)**. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>. Acesso em: 06 jul. 2021 (b).

IBGE. **Estatísticas – Econômicas – Contas nacionais – SCNT – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – Tabelas – Tabelas Completas – Taxa acumulada ao longo do ano**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 06 jul. 2021 (c).

IBGE. **Estatísticas – Econômicas – Contas nacionais – SCN - Sistema de Contas Nacionais – Tabelas – Tabela 6 – Produto Interno Bruto per capita**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 6 jul. 2021 (d).

IBGE. **Estatísticas – Sociais – Trabalho – PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Séries históricas – Taxa de desocupação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 10 jan. 2021 (e).

IPEADATA. **Taxa de desemprego (período de referência de 30 dias), das pessoas de 10 anos ou mais, por Regiões Metropolitanas**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2021 (a).

IPEADATA. **Preços – IPCA – Anual**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 16 jul. 2021 (b).

IPEADATA. **Utilização da capacidade instalada – indústria – média – anual (NUCI-FGV)**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 16 jul. 2021 (c).

IPEADATA. **Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$) / dólar americano (US\$) – média (anual)**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 10 jan. 2021 (d).

RODRIGUEZ, Octávio; BURGEÑO, Oscar, HOUNIE, Adela; PITTALUGA, Lucía. CEPAL: velhas e novas ideias. **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 4, n. 2 (5), dez. 1995.

SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO: A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO¹

Hugo da Silva Chaves²

Sarah Ewellin da Silva Ribas³

Área 1 – História Econômica, Economia Política e Metodologia

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a evolução da estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro e sua importância para o desenvolvimento econômico. O trabalho caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, e utilizou-se o método qualitativo. Os resultados revelaram que o sistema financeiro nacional passou por uma reestruturação ao longo dos anos, e o desenvolvimento do sistema financeiro nacional tem sido considerado um instrumento relevante para o processo de desenvolvimento econômico do país devido ao seu papel de intermediador financeiro e alocador de recursos escassos.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Financeiro Nacional. Evolução. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the evolution of the structure of the National Financial System and its importance for the country's economic development. The work is characterized as exploratory and descriptive research, and the qualitative method was used. The results revealed that the national financial system has undergone a restructuring over the years, and the development of the national financial system has been considered a relevant instrument for the country's economic development process due to its role as a financial intermediary and allocator of scarce resources.

KEYWORDS: National Financial System. Evolution. Economic development.

¹Artigo finalizado durante o 1º Semestre de 2021 na disciplina Teoria do Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Maringá – artigo submetido para apresentação na XXXV Semana do Economista da UEM, se enquadrando na área 5 – áreas afins.

² Mestrando em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Maringá - UEM. hugochavss1@gmail.com

³ Mestranda em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Maringá - UEM. sarahribas6@gmail.com

Introdução

O importante papel do Sistema Financeiro Nacional para a economia do país dada a sua funcionalidade passou por diversas mudanças estruturais conforme foram acontecendo crises e mudanças repentinas no mercado financeiro brasileiro. Isso considerando o fato que a estrutura financeira brasileira é bastante ampla envolvendo diversos participantes que influenciam diretamente ou indiretamente no mercado financeiro, como, por exemplo, a Comissão de Valores Imobiliários e o Banco Central do Brasil (BCB) que funcionam como supervisores buscando com que os cidadãos e os demais integrantes do sistema financeiro sigam as regras que são estabelecidas pelos órgãos normativos.

As mudanças estruturais que percorreram a trajetória do sistema brasileiro tem início em 1808 coincidentemente quando a família real chega ao Brasil e criam-se condições para que ocorresse intermediações financeiras com a constituição de bancos comerciais, posteriormente, houve uma expansão da rede bancária, aperfeiçoamento dos mercados e o surgimento de outras instituições financeiras, o que desencadeou em reformas institucionais por meio de leis, reestruturações e o surgimento de instituições responsáveis por estabelecerem regras, supervisionarem e intermediarem o sistema financeiro nacional.

O atual sistema do país opera tendo o Conselho Monetário Nacional (CMN) como o maior órgão dentro de sua estrutura sendo responsável “pela formulação da política da moeda e do crédito, ou seja, é a instância de coordenação da política macroeconômica do governo federal.” (Banco Central do Brasil). Além disso, tem a responsabilidade de definir a meta de inflação dado o regime de metas inflacionárias do país, definir as diretrizes para o câmbio que atua de forma flutuante e as normas e regras principais para o funcionamento das instituições financeiras, entre outras atribuições. As demais instituições serão caracterizadas no decorrer no estudo.

Ao longo das reformas institucionais fica clara a relação do sistema financeiro nacional com o desenvolvimento econômico do país, já que tais transformações afetam e modificam as operações realizadas no sistema financeiro, como, por exemplo, no período do Plano Real onde através da Lei N° 9.069 foi estabelecido novas responsabilidades para a Comissão Monetária Nacional e ao BACEN em relação ao controle de moeda. Destaque para a atuação do Banco Central que atuava

na economia fazendo o controle das reservas internacionais e isso atrelado ao regime cambial vigente, vendendo e comprando moedas visando a estabilidade econômica. Posteriormente, a atuação do BC é alterada dada as mudanças no regime cambial. Esse é um exemplo de mudança na estrutura do sistema financeiro nacional que se relaciona com o desenvolvimento econômico.

Outro exemplo de mudança na estrutura financeira que afeta o desenvolvimento econômico foi a criação da Comissão de Valores Mobiliários em 1976 através da Lei N° 6.404, que visava uma maior regulamentação e fiscalização do mercado de capitais. Isso fez com que houvesse maior segurança no mercado e nas companhias abertas, atraindo mais investidores e consequentemente, promovendo maior desenvolvimento.

Com isso se tem a importância do sistema financeiro nacional para o desenvolvimento econômico e tem-se que mudanças estruturais podem mudar o direcionamento das questões econômicas assim podendo haver uma relação direta ou indireta com a estrutura financeira. Dada essas relações que se dão conforme alterações no sistema financeiro, é de extrema relevância estudar sobre a importância do sistema financeiro nacional para o país conhecendo sua história, estrutura e suas funcionalidade que contribuem no desenvolvimento econômico do país. Assim o desenvolvimento do estudo se justifica dada a relevância do assunto em diversos âmbitos da sociedade, especificamente, no âmbito econômico.

Neste contexto esta pesquisa irá buscar analisar as relações entre o sistema financeiro nacional e o desenvolvimento econômico visando salientar a importância da estrutura financeira para o país. Para tanto, foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) identificar as mudanças estruturais do sistema financeiro nacional; b) discutir sobre a importância do sistema financeiro nacional para o país e c) analisar a relação do SFN e o desenvolvimento econômico do país.

Metodologia

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória buscando analisar as mudanças estruturais no sistema financeiro nacional e a importância do mesmo para o desenvolvimento econômico, sobretudo, explorando a relação existente, pontuando mudanças que foram importante para o

desenvolvimento econômico do país. Contudo, mostra também aspectos de pesquisa descritiva ao caracterizar o sistema financeiro brasileiro considerando seus componentes e a funcionalidade de cada entidade. Além disso, caracteriza também as mudanças estruturais que tem relação direta ou indireta com o desenvolvimento econômico do país.

Quanto à abordagem, a pesquisa é de cunho qualitativo apresentando uma longa revisão bibliográfica a respeito dos conceitos abordados, considerando publicações como artigos, monografias, livros, periódicos e outros materiais consistentes teoricamente acerca do tema em questão.

De acordo com Minayo (2002, p. 21) a pesquisa qualitativa responde a questões muito específicas. É o tipo de pesquisa que envolve uma realidade que não pode ser quantificada, por isso merece uma discussão teórica. Ainda conforme Minayo esse tipo de pesquisa trabalha "... o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos ..." assim sendo necessário profunda discussão que se distancia de uma operacionalização das variáveis estudadas.

Sistema Financeiro Nacional

Histórico

A história do sistema nacional financeiro tem como ponto de partida a criação do primeiro Banco do Brasil em 1808, pois, tornou-se necessária a criação de uma instituição que fosse responsável pelas intermediações financeiras dada as relações comerciais do país, principalmente, com países europeus. Isso coincidiu com a chegada da corte portuguesa no Brasil que inclusive teve muita influência nesse primeiro momento no sistema bancário já que foi por meio de um alvará do príncipe regente D. João que foi disponibilizado, segundo Vieira e et. Al (2002, p. 147), um capital de 1.200 ações de um conto de réis e feita a emissão de notas bancárias com o objetivo de atender as necessidades da coroa portuguesa, sem intenção alguma de desenvolver a economia local.

A questão das ações só se tornou viável anos depois mas com um banco limitado, exportações brasileiras com baixo desempenho e a volta da família real para Portugal fez com que o Banco do Brasil encerrasse sua atividade em 1829, posteriormente, sua liquidação foi oficializada por meio de um decreto em junho do

mesmo ano. Outros bancos foram criados a partir do Banco do Brasil, mas não obtiveram sucesso e acabaram também encerrando suas atividades.

Em 1853 ocorreu a primeira fusão bancária do país entre o Banco do Brasil que foi criado novamente em 1851 pelo Decreto Nº 801, de 02.08.1851 pelo Irineu Evangelista de Souza, que se tornaria o Barão e Visconde de Mauá, e o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Tal fusão foi decorrente de uma decisão feita pelo Visconde de Itaboraí, considerado hoje o grande fundador do Banco do Brasil. Essa fusão tinha o objetivo de viabilizar as operações bancárias, obtendo um enxugamento da liquidez na economia e criar um órgão emissor oficial.

Até então os bancos operavam sem uma regulamentação legal, com o avanço do sistema de intermediação financeiro, principalmente, a consolidação do Banco do Brasil, em 1920 foi criada a Inspeção Geral dos Bancos, primeiro órgão fiscalizador dos bancos, assim por meio do Decreto Nº 14.728 de 16.03.1921 que aprova o regulamento para a fiscalização dos bancos e casas bancárias, criando a "... Carteira de Redesconto, que possibilitava maiores garantias às operações de crédito dos bancos nacionais, pois poderiam recorrer ao Banco do Brasil, reduzindo-se consideravelmente a vulnerabilidade do sistema." (Vieira, J e et. Al, 2012).

Após o surgimento do primeiro órgão fiscalizador houve a criação em 1945 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), responsável por ser a autoridade monetária da economia brasileira, com o objetivo de começar a estruturação do Banco Central do Brasil, que viria ser criado em 1954. A criação da SUMOC foi motivada não somente para uma maior estruturação do BACEN mas também por conta das exigências feitas pelo FMI e o Banco Mundial que visavam estabelecer uma melhor e eficaz organização dos mercados monetários do mundo. Entretanto, no ano de 1964, a Lei Nº 4.595 transformou a superintendência no Banco Central do Brasil e no Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído no ano seguinte, regulamentando o sistema financeiro nacional, tais instituições "...estabeleceram as formas de organização e subordinação das instituições financeiras públicas e privadas. Essa lei atribui ao BCB competência para atuar no sentido do funcionamento regular do mercado cambial." (Silva, S e et. Al, 2016).

A criação do BACEN e do CMN marcam uma nova era na legislação bancária brasileira, posteriormente, tem-se a reformulação do Mercado de Capitais em 1965

que visava disciplinar esse mercado e estabelecer metas para seu desenvolvimento ficando a cargo do Banco Central monitorar esse mercado, tal medida resultou em algumas mudanças como a reformulação da legislação sobre a Bolsa de Valores, a transformação dos corretores de fundos públicos em Sociedades Corretoras, influenciando na sua profissionalização, além disso, houve a criação dos Bancos de Investimento, na qual ficou estabelecido a tarefa de desenvolver a indústria de fundos de investimentos.

O novo sistema financeiro do país fez com que houvesse uma expansão na demanda por ações no mercado doméstico, uma demanda que o próprio mercado teve dificuldades para operar, o que resultou em uma grande onda especulativa. Isso fez com que nos próximos anos o mercado operasse em baixa. Assim em 1976 sabendo que o mercado precisava de uma maior regulamentação e fiscalização já que o Banco Central detinha um acúmulo de funções, foi criada a Comissão de Valores Mobiliário (CVM), mas a entidade ainda era muito limitada e tinha pouca autonomia no mercado, o que anos depois foi mudado.

No que diz respeito ao Acordo ao Primeiro Acordo de Capital do Comitê da Basileia que visava regular os procedimentos para proporcionar liquidez às instituições financeiras do mundo, buscando garantir a solvência internacional, o Brasil conseguiu parcialmente aderir as normas do acordo, o CMN,

“... decidiu enquadrar todos os bancos brasileiros nos princípios de composição de capital estabelecidos pelo Acordo de Basileia. Por meio da Resolução 2.543 de 26.08.98, regulamentou o limite mínimo de capital realizado e do patrimônio líquido das instituições financeiras nacionais.”
(Vieira, J e et. Al Apud CMN, 2012).

Posteriormente, considerando as especulações e manipulações que abalavam os mercados financeiros, assinaram um novo acordo designado como Acordo de Basileia II, buscando maior segurança, estabilidade e transparência para o sistema financeiro mundial. No Brasil, tais medidas estabelecidas por esses acordos foram intermediadas pelo Programa de Estímulo à Reestruturação (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e pelo próprio mercado.

O Plano Real e os anos seguintes fizeram com que o sistema financeiro brasileiro passasse por algumas mudanças, principalmente, no que se diz respeito as novas responsabilidades do CMN e do BACEN em relação ao controle de moeda visando a estabilização econômica. Uma das mudanças deste período foram as modificações na legislação bancária que provocou alterações em alguns setores das entidades financeiras, o processo de controle acionário também foi uma questão tratada. Além disso, dado o regime cambial que estava estabelecido nesse período que precisava de intervenções do BACEN foram feitos ajustes nas instituições financeiras públicas afim de manter a estabilidade econômica. E por último, segue até os dias atuais as reformas bancárias que são necessárias para a operacionalização dos bancos.

Em 2008 houve a integração da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) com a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) Bovespa, criando a BM&F Bovespa, única bolsa de valores mobiliários do Brasil atualmente, aprovada pela CVM e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Isso foi totalmente favorável para o crescimento acionário brasileiro, pois, essa fusão fez com que as bolsas procurem cada vez mais liquidez e volume de negócios para seus pregões.

Contudo, observa-se nesse tópico que o sistema financeiro brasileiro foi se desenvolvendo e ficando mais robusto conforme as demandas e as alterações constantes na economia que fizeram com que o a evolução do sistema fosse necessária para maior eficácia de todas as entidades que lhe compõem, assim ao longo da história é possível perceber que o sistema foi bem sucedido em suas mudanças estruturais, principalmente, frente a contextos hostis.

A atual estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro

O sistema financeiro brasileiro é composto por um conjunto de instituições financeiras ou não, voltadas para a condução eficiente da economia do país. Tal sistema passou por diversas transformações até chegar a sua conjuntura atual sendo subdividido em três tipos de entidades sendo elas: entidades normativas, supervisoras e operacionais, cada uma sendo responsável por manter a eficiência do sistema financeiro. O quadro 1 ilustra a atual conjuntura do sistema brasileiro.

Quadro 1 - Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional (2021)

	Moeda, crédito, capitais e câmbio		Seguros privados	Previdência fechada
Órgãos normativos	CMN Conselho Monetário Nacional		CNSP Conselho Nacional de Seguros Privados	CNPC Conselho Nacional de Previdência Complementar
Supervisores	BCB Banco Central do Brasil	CVM Comissão de Valores Mobiliários	Susep Superintendência de Seguros Privados	Previc Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Operadores	 Bancos e caixas econômicas	 Administradoras de consórcios	 Bolsa de valores	 Seguradoras e Resseguradores
	 Cooperativas de crédito	 Corretoras e distribuidoras*	 Bolsa de mercadorias e futuros	 Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)
	 Instituições de pagamento**	 Demais instituições não bancárias	 Entidades abertas de previdência	
			 Sociedades de capitalização	

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Notas: * Dependendo de suas atividades corretoras e distribuidoras também são fiscalizadas pela CVM.

** As Instituições de Pagamento não compõem o SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo BCB, conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN.

Em primeiro lugar, os órgãos normativos determinam regras gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, são eles o Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho Nacional de Previdência Complementar. Destaque para o CMN que é a principal entidade do sistema e uma das mais antigas, sendo responsável pela formulação de políticas que envolvem a moeda e o crédito, visando a estabilidade da moeda do país e o desenvolvimento econômico e social, atuando diretamente na política econômica do país apontando as diretrizes da política monetária e cambial. Essa entidade atualmente é composta por três membros, sendo eles o Ministro da Fazenda (Presidente), Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central.

Algumas das atribuições do CMN, resumidamente, segundo o Banco Central do Brasil, orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras e coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

Em relação as entidades supervisoras, essas são buscam fazer com que os cidadãos e os demais integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos. O Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar são as entidades supervisoras do Brasil. Sendo o Banco Central do Brasil a principal entidade, tendo como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e fazer com que o sistema financeiro atue de forma sólida e eficiente. O BCB é composto pelo seu presidente e seus diretores que são nomeados pelo Presidente da República após a aprovação prévia do Senado Federal, que é feita por uma arguição pública e posterior votação secreta.

Dentre várias competências do BCB, destacam-se algumas como executar a política monetária mediante utilização de títulos do Tesouro Nacional; Fixar a taxa de referência para as operações compromissadas de um dia, conhecida como taxa SELIC; Controlar as operações de crédito das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional; Formular, executar e acompanhar a política cambial e de relações financeiras com o exterior; Fiscalizar as instituições financeiras e as clearings (câmaras de compensação); Emitir papel-moeda; e entre outras atribuições.

E, por último, tem-se os operadores que são as instituições que lidam diretamente com o público, intermediando as operações financeiras. São eles, os bancos e caixas econômicas, administradores de consórcios, bolsa de valores, seguradoras e resseguradores, entidades fechadas de previdência complementar, cooperativas de crédito, corretoras e distribuidoras, bolsa de mercadorias e futuros, entidades abertas de previdência, instituições de pagamento, demais instituições não bancárias e as sociedades de capitalizações.

Sistema Financeiro Nacional e o Desenvolvimento Econômico

O Sistema Financeiro é de grande importância para a economia de um país, onde as instituições controlam o fluxo de recursos entre poupadores e investidores.

Para Fortuna (2005), o mercado financeiro pode ser considerado como elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimento.

Por meio do Sistema Financeiro Nacional pode-se identificar a relação entre agentes com poucos recursos para investimento e os agentes capazes de gerar poupança e proporcionar condições de financiar o crescimento da economia.

Pode-se alcançar o desenvolvimento de uma economia através da participação de capitais, que são identificados por meio da poupança disponível em poder dos agentes econômicos e levados para os setores produtivos com menos recursos disponíveis mediante intermediários e instrumentos financeiros, e é através desse processo de distribuição de recursos no mercado, que se caracteriza a função econômica e social do sistema financeiro.

A relação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento financeiro se deu a partir da criação de modelos de desenvolvimento endógenos, onde apontaram que o sistema financeiro tem impacto positivo sobre o crescimento econômico devido a sua capacidade de transformar recursos financeiros em investimentos produtivos.

Atualmente a existência de um sistema financeiro na economia justifica-se pelas três funções que este deve desempenhar junto ao sistema econômico, quais sejam: canalizar os recursos na direção de setores mais produtivos, “perceber” potenciais tomadores de acordo com diversas possibilidades de investimento, aumentando a eficiência do uso de recursos, e, através das duas primeiras, estimular o crescimento econômico elevando a acumulação de capital e reduzindo até mesmo a pobreza (SCATOLIN et al., 2001). Ou, de modo semelhante, gerar e expandir a liquidez, mobilizar poupança, intensificar a acumulação de capital e transferir recursos de setores tradicionais para setores mais modernos e indutores de crescimento (MATOS, 2002).

O Sistema Financeiro Nacional começou a se desenvolver com a chegada da família real ao Brasil em 1808, criando condições para a criação dos bancos comerciais. Ao longo dos anos aumentou-se a complexidade das intermediações e diversos acontecimentos foram formando a segmentação e estrutura que se conhece

hoje. Porém, o setor financeiro é dinâmico e sempre há atualizações e acontecimentos dentro do setor que acabam por influenciar no seu desenvolvimento.

O Banco Central por ser a instituição financeira mais importante do país, tem muitos anos de conquista de mercado e formação da hegemonia bancária. Esse processo de ganho de mercado e espaço dentro do sistema financeiro é evidenciado em Mazanék (2019), que destaca que o mercado bancário de varejo no Brasil seguia a lógica de serem grandes e sólidos conglomerados financeiros, entre o final do século XX e início do século XXI.

Durante esse período, Diniz (2019) reforça o processo de bancarização, ou seja, um acesso mais popular aos bancos, o que significa acesso a contas correntes, empréstimos, financiamentos, entre outros produtos e serviços.

A bancarização foi uma estratégia dos bancos para conquistar clientes, de forma a aumentar seus lucros e buscar a liderança dentro do setor bancário. Aos poucos os bancos passaram a fazer fusões entre eles. O que gerou espaços para instituições estrangeiras e como consequência uma redução de bancos nacionais.

O mercado de crédito é formado, basicamente, por agentes superavitários, representados pelas instituições financeiras que ofertam crédito na economia, e por agentes deficitários ou demandantes de crédito. Segundo Matos (2002), os intermediários financeiros têm acesso a um maior número de informações sobre este mercado porque realizam repetidas operações de financiamento, ou seja, conhecem o mercado através da prática de estudo de projetos e contratação de empréstimos.

Os intermediários passam a ser facilitadores das transações financeiras e agentes capazes de estimular a atividade econômica, através do estímulo às inovações pela concessão de crédito. Porém, algumas características do mercado de crédito podem levar a outras conclusões a respeito do comportamento das instituições ofertantes e sobre as implicações deste comportamento sobre a alocação de recursos na economia. Dentre estas características, destacam-se a composição da taxa de juros e a ocorrência de assimetrias de informação.

Em países menos desenvolvidos, o setor informal e as micro e pequenas empresas, apesar de terem relevância na geração de emprego e renda, não conseguem acesso ao crédito para realizar investimentos. Como normalmente são a

única fonte de renda da família, os lucros não são suficientes para reinvestir no empreendimento e desta forma a capacidade de geração de emprego e renda desses negócios torna-se restrita (BRAGA, 1999). Portanto, o sistema financeiro, ao restringir o acesso ao crédito para o setor informal e micro e pequenas empresas, pode não estar cumprindo seu papel de indutor de crescimento e desenvolvimento econômico.

Deste modo, a importância do crédito concedido pelos bancos e a sua intermediação financeira está relacionada entre o grau de desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico.

No entanto, a supervisão e regulação do sistema financeiro apontaram que a intermediação financeira pode ter efeitos negativos sobre o desempenho do crescimento econômico se o sistema financeiro estiver desregulado e puder operar em um pobre ambiente regulatório e supervisor, de forma que o crédito seja liberado sem regras e limite, estimulando a tomada de risco.

Atualmente, a evolução tecnológica faz parte da composição para um bom desenvolvimento econômico. Ao decorrer dos anos a necessidade de inovações dentro do sistema financeiro se fez necessária. Através da busca pela modernização do sistema financeiro, onde a concessão de crédito é uma das principais ferramentas, foram desenvolvidas intermediações financeiras do futuro, por meio de projetos de Sistema Financeiro Aberto (Open Banking), que visa o compartilhamento de dados e serviços pelas instituições reguladas via integração de seus sistemas, e o pagamento instantâneo (PIX) – torna possível recebimento e pagamento instantaneamente por diversos meios

Essas medidas foram criadas para que o Sistema Financeiro Nacional acompanhe as inovações, que busca se modificar para se igualar as entradas de concorrentes, regulamentação e evolução do setor financeiro.

Conclusão

O presente estudo aborda a evolução da estrutura do sistema financeiro nacional e a sua importância para o desenvolvimento econômico do país. O sistema financeiro nacional é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN).

O sistema financeiro nacional passou por uma reestruturação ao longo dos anos. Foram criadas medidas para que o Sistema Financeiro Nacional acompanhasse as inovações, visando manter competitividade frente aos concorrentes através da modernização do sistema financeiro.

O desenvolvimento do sistema financeiro nacional tem sido considerado um instrumento relevante para o processo de desenvolvimento econômico do país devido ao seu papel de intermediador financeiro e alocador de recursos escassos. Sua relevância concentra-se, principalmente, por estar diretamente relacionado com o nível de atividade econômica ao realocar recursos entre agentes superavitários e deficitários através da concessão de crédito.

As mudanças no sistema financeiro nacional impactam diretamente no desenvolvimento econômico do país, de modo que um aumento ou redução na concessão de crédito, que possui um papel essencial na economia, vai influenciar diretamente na renda da população por ser a principal fonte de financiamento para o consumo familiar e investimento em setores produtivos.

Desse modo, a presente pesquisa indica que o sistema financeiro nacional impacta diretamente no desenvolvimento econômico, considerando a relevância na indução do crescimento e desenvolvimento econômico país através da realocação de recursos entre agentes superavitários e deficitários.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Componentes e segmentos do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>. Acesso em: jun. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: jun. 2021.

BARBOSA, Fernando de Holanda. "O sistema financeiro brasileiro." Sistemas bancários y financeiros en América Latina, p. 145-174, 1995.

BRAGA, Márcio Bobik. Considerações Teóricas acerca da Existência de Assimetria de Informação nos Mercados de Crédito. São Paulo: FEA/ USP, 21 p. 1999.

CARDOSO, Laís. Sistema Financeiro Nacional: as vantagens da implantação do novo sistema de pagamento brasileiro. Orientador: Abel Correa de Souza. 2012. 72 p. Monografia (Especialização) - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC, Criciúma, SC, 2012.

FERREIRA, Ricardo J. Sistema Financeiro Nacional. Disponível <http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/01SFN.pdf>. Acessado em 20 jul. 2021.

FONSECA, Letícia. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL BRASILEIRO: contexto, estrutura e evolução. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 14, n. 1, p. 1015-1029, jan/jul. 2016.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005

MATOS, Orlando Carneiro. Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil: Evidências de Causalidade. Trabalhos para discussão do Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central do Brasil, n. 49, 2002, 55 p. Disponível em: Acesso em: 17 jul 2021.

MANOS, Maria Geovania L. Sistema financeiro e desenvolvimento econômico: papel do microcrédito. Embrapa Tabuleiros Costeiros-Livro científico (ALICE), 2006.

PAIVA, Karine Cristina de Oliveira. A relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico no contexto das inovações financeiras. 2016.

SCATOLIN, Fábio D., et al. Financiamento e Arranjos Produtivos de Pequenas e Médias Empresas: o caso do sistema público de apoio à MPME do BNDES. Curitiba. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico: UFPR, Publicações, 2001. 22 p

SILVA, Sheldon; GONÇALVES, Jackson; SOUZA, Daniel; PEREIRA, Wariston;

TACINI, Adalberto. O sistema financeiro nacional, a crise financeira global e seu impacto no índice Bovespa e no preço das ações da Cia. Vale do Rio Doce e da Petrobras. Revista Científica Hermes - FIPEN, [S.l.], v. 2, jan. 2010.

VIEIRA, José; PEREIRA, Heider; PEREIRA, Wilton. HISTÓRICO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. Revista Científica E- Locução, Minas Gerais, ano 1, n. 2, p. 146-162, jan. 2012.

_____. Lei 4595, de 31 de Dezembro de 1964. Do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: jun. 2021.

_____. Lei 6404, de 15 de Dezembro de 1976. Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: jun. 2021.